Mapa a que se refere a adjunta lei e que dela faz parte integrante

Capítulos	Artigos	Rubricas	Importâncias
		Despesa ordinária	
1.º	20.º	Recrutamento e revistas de inspecção	100.000\$00
6.º	55.º	Transportes em dívida relativos ao ano económico de 1922-1923	150.000\$00
6.º	55.º	Melhoria de reforma de officiaes (artigo 5.º, § 3.º, e última parte do artigo 9.º da lei n.º 1:332, de 26 de Agosto de 1922)	100.000\$00
		Despesa extraordinária	
27.º	-	Aquisição de 4:088 ^m 2,25 de terreno na Quinta de Montes Claros, em Coimbra, para a conveniente instalação do pósto da telegrafia sem fios dessa cidade	63.000\$00
		<i>Total</i>	413.000\$00

Paços do Governo da República, 12 de Abril de 1924.—
O Ministro da Guerra, *Américo Olavo Correia de Azevedo*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Repartição do Gabinete

Portaria n.º 3:983

Sendo conveniente esclarecer algumas dúvidas que se têm levantado quanto à interpretação do § único do artigo 1.º e à do artigo 4.º do decreto n.º 4:439, de 15 de Junho de 1918, por forma a garantir os direitos e interesses do Estado, e não menos os do pessoal militar e civil quando tenha, em serviço, de utilizar-se de transportes por via terrestre, marítima ou fluvial: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha:

1.º Que o direito ao abono de transporte por conta do Estado cessa, em qualquer caso, quando não seja utilizado dentro de trinta dias da data da nomeação para o serviço, excepto quando por motivo de doença, devidamente atestada.

2.º Que às famílias dos funcionários militares e civis indicados no artigo 4.º do decreto n.º 4:439, de 15 de Junho de 1918, só sejam concedidos os transportes requisitados pelas unidades ou estabelecimentos a que os mesmos pertencam e dentro do prazo estabelecido no número anterior, sendo absolutamente proibido o reembolso de transportes, menos para os casos indicados no artigo 138.º do decreto n.º 5:571, de 10 de Maio de 1919.

3.º Que as famílias dos funcionários militares e civis só têm direito ao abono de transporte no regresso, nos termos do n.º 2.º desta portaria, quando os mesmos funcionários hajam completado o tempo de permanência na respectiva comissão de serviço, devendo, quando se dêem circunstâncias extraordinárias sobre casos especiais, observar-se as disposições do artigo 18.º do decreto n.º 4:439, de 15 de Junho de 1918.

4.º As autoridades a quem compete a nomeação de pessoal para serviço fora de Lisboa só o nomearão quando reconheçam que a comissão a desempenhar ga-

rante a permanência desse pessoal por período não inferior ao que legalmente está determinado.

5.º Esta portaria começa a vigorar na data da sua publicação.

Paços do Governo da República, 12 de Abril de 1924.—O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Majoria General da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 3:984

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, alterar a actual lotação da Escola de Recrutas da Armada, no Alfeite, na parte que respeita a médicos navais, passando a ser de um médico, official superior, em harmonia com a alínea b) do artigo 8.º do decreto com força de lei n.º 4:084, de 12 de Abril de 1918, que criou a Escola.

Paços do Governo da República, 12 de Abril de 1924.—
O Ministro da Marinha, *Fernando Augusto Pereira da Silva*.

Intendência de Marinha

Repartição dos Departamentos Marítimos

Secção de Marinha Mercante

Decreto n.º 9:590

Considerando que, devido à desvalorização do escudo, a navegação estrangeira que afflui aos nossos portos está demasiado beneficiada com as actuais taxas de pilotagem;

Considerando que é necessário modernizar o material das corporações dos pilotos das barras e portos do continente da República, de forma a, no superior interesse do país e da navegação, garantir um bom serviço de pilotagem;

Considerando que a situação económica das referidas corporações, apesar do seu árduo e prestante trabalho, é deveras precária;

Considerando que não convém sobrecarregar em demasia a navegação nacional;

Usando da autorização concedida ao Governo pela lei n.º 1:545, de 7 de Fevereiro de 1924, hei por bem, ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Todos os navios que entrarem nos portos do continente da República pagarão uma taxa de navegação, que se compõe de duas partes, nos termos seguintes:

1.ª *Taxa de pilotagem*, as verbas constantes das tabelas anexas à lei n.º 1:036, de 25 de Agosto de 1920, multiplicadas pelos coeficientes 4 e 3,5, respectivamente para o porto de Lisboa e para os demais portos do continente.

2.ª *Taxa de entrada no porto*, constituída pela percentagem de 10 por cento sobre as verbas constantes das tabelas A e D da lei n.º 1:036, de 25 de Agosto de 1920, que será paga pelos navios nacionais e estrangeiros, respectivamente em escudos e libras ao par.

Art. 2.º O rendimento bruto das taxas de pilotagem será repartido em duas verbas iguais, sendo uma delas para despesas com o material e outros serviços, e a outra para ser dividida pelos membros das corporações dos pilotos, nos termos do artigo 40.º do regulamento de 20 de Agosto de 1914, depois de sancionadas pelo Ministro da Marinha.

Art. 3.º O rendimento por taxa de entrada no porto